

## APRESENTAÇÃO

### AS IDADES DA MULHER

Alda Britto da Motta<sup>1</sup>

Um dossiê sobre as idades da mulher reflete a intenção inicial de lembrar que as mulheres vivem circunstâncias ao mesmo tempo pessoais/individuais e sociais segundo as suas idades (i.é, conforme seu tempo de vida e sua experiência geracional), que são diferenciadas.

Visa lembrar, também, que as análises sobre elas – a do feminismo, inclusive – sempre passam ao largo desses diferenciais de idade, detendo-se, teórica e politicamente, nas idades medianas jovens – aquelas que correspondem à do ciclo reprodutivo, como já tenho repetidamente exposto. (Por ex. BRITTO DA MOTTA, 2002).

Esse afã classificatório não significa ingênua tentativa de “parar o tempo” e apresentar, magicamente, estruturada em capítulos, cada idade principal da mulher: infância, juventude, maturidade e velhice. Trata-se, apenas, de um recurso metodológico para preencher um campo onde informações e enfoques específicos escasseiam ou se apresentam esgarçados. Daí a ideia organizacional de estruturar capítulos com cada fase etária destacada, caracterizada com alguma precisão, ilustrada por uma pesquisa específica. Entretanto, como na dialética da vida somos ou temos uma idade e, ao mesmo tempo, remanesecemos de uma e já estamos, envolvidos na “máquina” social, engendrando a seguinte, torna-se importante incluir neste dossiê um texto de temática “não comportada” sobre a transição entre as idades.

Bem, recolhidos e justapostos os textos, contemplo, realmente, muitas transições. E não apenas a da juventude para a adultez, acentuada preocupação teórica atual, como demonstra, com densidade teórica, Elaine Muller, mas, em relação às “passagens” entre as

---

<sup>1</sup> Mestra em Ciências Sociais e doutora em Educação pela Universidade Federal da Bahia (UFBA). Professora e pesquisadora dos Programas de Pós-Graduação Mulher, Gênero e Feminismo e em Ciências Sociais, UFBA. Pesquisadora do CNPq. Publica basicamente em torno das relações de gênero e entre as gerações, com ênfase no processo de envelhecimento.

várias idades. Claro, a trajetória de vida não só não comporta saltos, como abriga muitas situações contraditórias e ambivalências. Como registra magnificamente a literatura, esta “sociologia paralela.” Exemplificando com Colasanti:

Pensei entrar na velhice  
por inteiro  
como um barco ou um cavalo  
Mas me surpreendo  
jovem velha e madura  
ao mesmo tempo. (COLASANTI, 1994, p. 106).

É interessante, por isso, lembrar que a idade é apenas uma medida de vida – de vivência e experiência no tempo –, categoria não natural, construída e usada socialmente como se, de certo modo, o fosse. Afinal, ela não se imprime na aparência do corpo...? Medida de etapas do tempo de vida, individual e com projeção grupal, que serve como expectativa e como prescritora ou reguladora social de deveres, direitos e capacidades de cada indivíduo ou grupo etário.

Como construção social – portanto, característica não inerente à condição/consciência humana – a noção individualizada de idade não existe nas primeiras sociedades. Como bem expressa Lenoir: “Não é um dado imediato da consciência universal”. As pessoas não se pensavam, historicamente cedo, como tendo ou sendo de uma idade, entretanto, e curiosamente, ao mesmo tempo, esta é critério que norteia a organização social desde sempre. Há uma divisão etária/geracional (além da sexual ou de gênero) do trabalho e de funções sociais desde as sociedades primitivas. A noção de idade individualizada, designada em número de anos vividos, é produto de um determinado tempo histórico, de um modo capitalista de viver, de determinada prática social, meio de identificação dos indivíduos, complementar ao nome e lugar de nascimento. Expressa em número de anos, é, também, unidade classificatória/administrativa e perante as leis de pessoas e categorias demográficas – os “jovens“, os “velhos” – que, em princípio, não constituem grupos sociais propriamente ditos a não ser quando como unidades geracionais (MANNHEIM, 1928), constituem movimentos políticos ou culturais.

Como a vida é um processo, realiza-se em um tempo no qual se alocam diferentes fases e sentidos do existir. Este processo é diferenciado segundo pessoas e grupos em suas várias posições identitárias, uma das representações da vivência pessoal/social dos

indivíduos se dando segundo o que se convencionou designar ou instituir exatamente como idade. Como estágios socialmente definidos da trajetória de vida, paralelamente ao desenvolvimento ou mudanças do corpo segundo o tempo de vida.

Definições, porém, que dependem de cada contexto social em que são elaboradas, produtos de uma luta que envolve diferentes gerações. (LENOIR, 1998; BOURDIEU, 1983).

## **INFÂNCIA. AS MENINAS**

Para pensar as meninas é fundamental conhecer como a sociedade, historicamente, concebeu e tratou a infância. O trabalho de Ariès (1978) é um marco nesta narrativa de percepção social de uma especificidade da condição infantil, que denominou “sentimento da infância”, que só surgiu na modernidade, e de como, progressivamente, se vai construindo um lugar social para a criança – que, entretanto, até há bem pouco tempo, não significou um reconhecimento ou uma percepção justa dela como sujeito social. Ao mesmo tempo, assinala o autor como essas percepções e construções se deram segundo uma concepção diferenciada de gênero – além de classe social – com maior desprivilegiamento das meninas. Expõe isso, em vários momentos. Por exemplo, quando analisa o traje: “É curioso notar... que a preocupação em distinguir a criança se tenha limitado principalmente aos meninos [...] como se a infância separasse menos as meninas dos adultos do que os meninos” (1978, p. 78).

E em relação à educação: Os meninos “[...] começaram a frequentar em massa os colégios já no fim do século XVI e início do XVII. O ensino das meninas [...] só se desenvolveu tarde e lentamente. Sem uma escolaridade própria, as meninas eram muito cedo confundidas com as mulheres [...]” (ARIÈS, 1978, p. 78-79).

Importante lembrar que, em toda a trajetória da vida social e em toda parte, se deu esse privilégio de gênero. Nos primeiros levantamentos populacionais, na História, já se percebe essa diferenciação fundamental: os homens são os que contam, mulheres e crianças não existem socialmente. (LENOIR, 1998, p. 65). Na divisão social do trabalho, estas diferenciações vão se manter fundamentais, a vivência ocupacional das mulheres

sempre em contratempo com a dos homens. Processo minuciosamente analisado por Sullerot (1968).

Neste dossiê, Anne Carolina Ramos, além da inescapável referência a Ariès, prossegue na narrativa dessa “descoberta” da infância, apresentando um longo desenrolar de percepções equivocadas sobre ela, que denominou, adequadamente, de *imagens pré-sociológicas da infância*, analisando que, apesar de se terem difundido em diferentes momentos históricos, de alguma forma, continuam sendo utilizados até os dias atuais, mantendo em circulação “uma representação ‘irreal’ e idealizada da criança”, em análises, citando Sarmiento (2007, p. 29), “[...] não apenas sem recurso à ideia de infância como categoria social de pertença, mas como exclusão do próprio contexto social enquanto produtor de condições de existência e de formação simbólica”.

Ramos vai acentuar como o conhecimento dessas imagens pré-sociológicas é importante para se identificar como elas “continuam tendo um forte valor político e de orientação cultural”, balizando ações educativas e políticas escolares. Ao mesmo tempo, uma possibilidade nova de reconhecimento das crianças como sujeitos atuantes na construção de suas vidas sociais e na vida daqueles que as cercam é resultado da redescoberta da sociologia interacionista, da fenomenologia e das abordagens construcionistas. Deixando de ser apenas projetos de futuro, na bela expressão de Ramos, “meninos e meninas são reconhecidos como sujeitos do presente”.

Tem igualmente clara a articulação, na prática, entre as condições de gênero e de geração: “Se, por um lado, a *idade* delimita as experiências geracionais das crianças, por outro o *gênero* institui o modo como meninos e meninas vivem suas masculinidades e feminilidades...” Desde o nascimento, meninas e meninos sofrem um processo socializador, de treinamento e “qualificação”, para se adequarem às concepções de homem e de mulher engendrados pela sociedade. Roupas, adereços, brinquedos, são claramente diferenciados, direcionados em um sentido genderizado.

Ramos reconhece isso e sintetiza intenções: “[...] concepções de gênero que fazem com que meninos sejam estimulados a desenvolver posturas mais ativas, competitivas e aventureiras, enquanto as meninas são educadas na sua candura, romanticismo e ingenuidade”. Mais além do campo das induções e representações, as diferenças entre

meninos e meninas são cobradas nas práticas do dia a dia, segundo algumas variações de seu nível de idade e condição de classe.

Meninas sofrem cobranças de papéis ou tarefas de adultos – trabalhos domésticos, cuidado dos irmãos, ter mais “juízo”. Meninos têm muito mais largueza para brincar, para transgredir, têm mais regalias em casa e também fora dela.

Zahidé Machado Neto, em um belo estudo pioneiro, observou isto e também a que ponto, com naturalidade, se pode desprivilegiar as meninas:

As meninas menores não comem menos quando há redução dos rendimentos familiares, ou quando a população doméstica aumenta em razão de desemprego ou de visita de parentes do interior que chegam. Por exemplo:

‘Criança menor come menos, não precisa tanto’.

‘Menina come muito vento porque chora muito’.

Com essas referências as mães e as meninas mais velhas explicam a distribuição das refeições.

Aos quatro ou cinco anos, a menina já ‘deve’ ou já ‘pode’ ajudar na casa:

‘Ela lava prato direitinho e varre a casa, não varre direito, mas varre, e é preciso aprender. Ele; ele não [...]’. (1984, p. 231).

Entretanto, além de vivermos hoje em uma sociedade em rápida mudança, é importante acentuar as perenes reações individuais aos processos de socialização. Ramos tem isso bem presente: “Dizer que as crianças são interpeladas e constituídas por esses discursos geracionais e de gênero não significa dizer que elas são *determinadas* por eles”. “Existe negociação e disputa de poder nessas relações”. E, por fim:

[...] as crianças subvertem os discursos que tentam capturá-las como sujeitos de uma infância universal, natural e homogênea. É assim que as crianças borram as fronteiras entre os universos masculinos e femininos. Ao darem novos significados aos brinquedos que lhes são oferecidos, ao se fantasiarem e jogarem com quem e do que lhes interessa, ao fazerem escolhas e agirem diferentemente daquilo que espera-se delas, as crianças fazem com que o poder circule.

## JUVENTUDE

A juventude, como categoria específica e percepção social nítida, fase no ciclo da vida, do mesmo modo que a infância (ARIÈS, 1978) é produto da modernidade; do

desenvolvimento constitutivo da família burguesa, com seus personagens geracionais e genderizados, hierarquizados segundo relações de poder, sob uma chefia paterna, portanto, masculina.

É uma categoria que se desenvolve em um determinado contexto histórico, identificada como uma idade que se contrapõe a outras idades – crianças, adultos, velhos. Ser identificada como categoria de idade, percebida/inventada em determinado momento histórico já deixa evidente que idade biológica e idade social são indissociáveis e – a exemplo dos contextos analisados por Bourdieu no multicitado *A Juventude é apenas uma palavra* – que a própria definição de juventude, ou da condição de jovem, é parte de uma disputa pelo poder que, inclusive, tem sido historicamente passível de manipulação. (análise que é estendida às relações de gênero): “As classificações por idade (mas também por sexo, ou, é claro, por classe) acabam sempre por impor limites e produzir uma **ordem** onde cada um deve se manter, em relação à qual cada um deve se manter em seu lugar” (BOURDIEU, 1983, p. 112).

Ora, como o reconhecimento social da condição de jovem pode redundar em vantagens ou em desvantagens, mas, de qualquer sorte, constitui uma identidade social a considerar-se, a depender das relações travadas, a juventude pode se tornar “invisível”. Por isso, Castro, (2009, p. 206) denuncia: “[...] nem todos os jovens são tratados como parte da juventude e nem todos são sequer vistos como jovens”, ao que poderia acrescentar: nem todos têm a própria consciência da juventude – especialmente **as** jovens e particularmente as mais pobres. Exemplifico com achados de trabalho de campo, entrevistas com empregadas domésticas (BRITTO DA MOTTA, 1977, p. 94):

‘Quando eu era jovem adorava festas. Agora, não ligo’ (22 anos).

‘Acho ‘jóia’ a vida dos jovens de hoje. Faz tudo que quer. Eu não me sinto jovem e fico ‘encucada’ no meio dos jovens’ (20 anos).

‘Os jovens de hoje são muito extravagantes. No meu tempo era mais calmo...’ (16 anos).

No mesmo feitio social do ocorrido em relação à categorização social das crianças, as percepções sociais e definições em relação aos jovens vêm se desenrolando, principalmente desde o início do século XX, segundo diferentes pontos de vista a maioria dos quais perdura e coexiste, a depender da situação de classe, gênero e raça de que se trate.

A associação entre juventude e violência ou delinquência é das primeiras constituídas e objeto de análises sociológicas, pelo menos desde a década de 1920, principalmente na sociologia americana, com projeções na literatura e no cinema. No Brasil, repercute como “o jovem em erro social”. E como bem critica Castro (2009, p. 211), “a associação entre juventude e violência gerou uma percepção de senso comum que reforça a imagem da ‘juventude’ como potencialmente perigosa”. Uma imagem em princípio masculina e de classes populares.

Paralela ou alternativamente, elaborou-se uma imagem do jovem como deflagrador, por excelência, das mudanças sociais e políticas. O que pode ter significado positivo, mas também o referenciou como elemento potencialmente perigoso. A discussão sociológica sobre o tema já está posta por Mannheim (1961; 1928) que, aliás, desmistifica os possíveis temores com a conclusão de que, na realidade, os jovens têm como possibilidade de atuação os espaços e relações a eles ensejados pela estrutura social. Isto é, considerando-se os mecanismos de luta pelo poder entre as gerações, significaria o segmento adulto da sociedade.

Mas essa imagem do jovem questionador, transgressor ou revolucionário se mantém e ganha força e realidade em torno dos anos 1960, ao mesmo tempo corporificada e representada pelo “jovem rebelde” em contestação política e cultural em vários movimentos geracionais, obtendo maior repercussão as manifestações estudantis e o movimento hippie. Sem deixar de mencionar o movimento negro e a “segunda onda” do movimento feminista, este relativamente pouco lembrado como emergência e influência social da época, do mesmo modo como têm sido “esquecidas” as mulheres participantes de outros movimentos, inclusive juvenis, sempre reportados como essencialmente levados pelos homens.

Ao mesmo tempo, é importante admitir-se que existe uma sintonia maior da geração jovem com a mudança social, segundo algumas especificidades de classe. É também a visão de Margulis (1996) em sua “resposta” a Bourdieu (1983):

La juventud se erige en vanguardia portadora de transformaciones, notorias o imperceptibles, en los códigos de la cultura, e incorpora con naturalidad los cambios en las costumbres y en las significaciones que fueran objeto de luchas en la generación anterior; su sensibilidad, sistema perceptivo, visión de las cosas, actitud hacia el mundo, sentido estético,

concepción del tiempo, valores, velocidades y ritmos nos indican que está habitando con comodidad un mundo que nos va dejando atrás. (MARGULIS, 1996, p. 9).

Importante, entretanto, não esquecer a advertência de Mannheim (1928) de que gerações jovens podem se constituir em diferentes unidades geracionais, umas radicais, outras conservadoras.

É, ao mesmo tempo, uma situação que varia e depende, em grande parte, da condição de classe. Assim é que, em meados do século XX, e como expressão cultural classe média, vai-se constituindo uma imagem mais diferenciada da juventude em comparação com outras idades: novas roupas, novo linguajar e gestual, performances culturais popularizados pela mídia, principalmente alusivos aos movimentos políticos de jovens que estavam então se desenvolvendo. Moda e modismos que, impulsionados ou expressão particular da sociedade de consumo, iriam encantar e cativar outras idades nas décadas seguintes, dando origem a um processo de juvenilização das várias idades (BRITTO DA MOTTA, 2012) que perdura e, ao mesmo tempo, se torna como um pretenso apagamento dos limites entre as idades e gerações, a juventude considerada um estilo de vida unigeracional ou, como bem expressou Lins de Barros (2006, p. 21), “um modo de ser e de estar no mundo”.

Os anos 80 e 90 se revelam mais mornos. No Brasil, vive-se o processo de abertura política e uma ideia de quietismo e desinteresse político dos jovens, sem maior consideração à sua atuação na luta contra a ditadura e à sua construção de mais uma imagem pública, com os Caras Pintadas atuantes no movimento pelo *impeachment* de Fernando Collor. Mas é também um tempo que abriga o início de outras formas, novas de expressão que irão se revelar, de certo modo, políticas, principalmente porque se identificam como jovens. São movimentos culturais, principalmente de expressão musical: funk, rap, hip-hop. É a vez da expressão cultural forte das classes populares. Ao mesmo tempo de ordem geracional e sendo vista assim também. É o intenso momento atual.

Entretanto, é importante assinalar que as várias imagens da juventude referidas permanecem, coexistem e podem ser analisadas como encerrando um mesmo significado básico: a juventude vista apenas como um período de transição entre a infância e a adultez, que pode significar, como bem expressou Castro (2009, p. 221), apenas uma “imagem de

parcialidade e incompletude”. A juventude como período de formação e transição para a vida adulta, mantendo ainda uma posição subordinada na hierarquia social. Principalmente, as mulheres.

Só nestes anos mais recentes se dá um reconhecimento, na análise científica, do jovem (e da jovem, embora muito menos desta), como sujeito social. Acentua Dayrell (2003, p. 42): “a juventude constitui um momento determinado, mas não se reduz a uma passagem; ela assume uma importância em si mesma”.

Curiosamente, na ambivalência comum à vida social, propugna-se um lugar específico e autônomo, como ator social, para os jovens e, coincidentemente, há um certo lugar demarcado pela sociedade capitalista, que expressa limites, para eles: o tempo presente. As pesquisas mais recentes demonstram uma condição social de irrecorrível presentificação na vida dos jovens; principalmente dos mais pobres. Expõe Dayrell:

Esses jovens mostram que viver a juventude não é preparar-se para o futuro, para um possível ‘vir-a-ser’, entre outras razões porque os horizontes do futuro estão fechados para eles. [...] É um presente vivido no que ele pode oferecer de diversão, de prazer, de encontros e de trocas afetivas, mas também de angústias e incertezas diante da luta da sobrevivência, que se resolve a cada dia (2003, p. 49).

Também Leccardi (2005, p. 65) explicita a problemática desta sociedade que desconstrói a perspectiva temporal tradicional: “[...] o presente (ora mais, ora menos estendido) aparece como a única dimensão temporal disponível para a definição das escolhas, um verdadeiro horizonte existencial que, em certo sentido, *inclui e substitui* futuro e passado”. Ainda assim, consegue desenhar um cenário de alguma esperança ou possibilidade razoável de sobrevivência social:

Concluindo: em uma época na qual o futuro a médio e longo prazos não pode ser discutido sem suscitar preocupações e, com frequência, um sentimento de verdadeiro temor, um método de ação baseado no ‘avaliar a cada vez’, no ‘quando as portas se abrem para mim, devo procurar não fechá-las’, no ‘aproveitar as oportunidades no momento em que aparecem’, pode representar uma estratégia racional para transformar a imprevisibilidade em uma chance de vida, para transformar a opacidade do futuro em uma oportunidade para o presente, para dispor-se positivamente diante do futuro. (LECCARDI, 2005, p. 53).

## JOVENS FEMINISTAS

Apresentar as jovens feministas é também um recurso garantido para falar das mulheres mais jovens, sempre esquecidas ou omitidas nas pesquisas e trabalhos sobre manifestações culturais e políticas juvenis, inclusive pelo próprio feminismo “histórico”.<sup>2</sup>

Eliane Gonçalves, Fátima Freitas e Elismênnia Oliveira, três gerações de feministas (entre 23 e 51 anos), propõem discutir as (diferentes?) perspectivas geracionais do feminismo do ponto de vista da juventude. Expressam uma sutileza: seu recorte empírico trata de “mulheres jovens no feminismo e das que se autodenominam ‘jovens feministas’”.

Começam com a natural questão: “O que querem ou reivindicam as mais jovens?” Mas avisam, de logo, vão falar “das e sobre – nunca pelas – jovens feministas”.

Relembrem a História: o feminismo brasileiro se reconstruiu a partir do engajamento de mulheres de alta escolaridade, ao longo dos anos 1970. Enquanto se transmite a outros grupos e outras esferas da sociedade, ao longo de mais de trinta anos, vai recebendo contribuições críticas. Basicamente quanto à sua constituição e expressão de classe (“elitista”) e de cor/etnia (brancas). Durante todo este tempo, “históricas” e críticas não atentaram para as diferenças ou desigualdades geracionais; pelo menos no que se refere à condição etária.

Alguma consciência clara de geração vai irromper nos anos 2000, particularizando-se em relação à juventude; aí, não apenas no feminismo, mas, também, em outros movimentos sociais. Contudo continuam escassamente referidas outras dimensões etárias, principalmente a velhice.

Por outro lado, não há demanda de entrada participativa apenas das jovens, há outras demandas de inclusão no movimento: homens e transexuais/transgêneros. Analisam as autoras: “O feminismo é uma identidade política para muitas pessoas, não apenas mulheres, mas ela não é suficiente para englobar em uma única rubrica a variedade de expressões que lhe são constitutivas”. Em seguida:

---

<sup>2</sup> Ver, a propósito, WELLER, 2005.

Quanto à identidade do segmento das jovens, ela é ancorada politicamente na importância em demarcar o que vem em primeiro lugar, sendo compreensível, portanto, que as feministas jovens aspirem a uma identidade política quando se autodenominam ‘jovens feministas’, num espírito aglutinador de todas as diferenças ou em articulações específicas como as negras ou lésbicas jovens feministas.

Efetivamente, a própria nomeação de documentos como a “Carta das Negras Jovens Feministas” já patenteia a amplitude da articulação identitária, mas, igualmente, uma priorização identitária. O marcador racial parece ter agora primazia.

Ainda em termos de identidade geracional, pensam a situação, mas também a transitoriedade. Querem participar, enquanto jovens, mas ao mesmo tempo reconhecem na condição de jovem um sentido de transitoriedade. Depoimento registrado por Gonçalves, Freitas e Oliveira expressa isto: “[...] O que nos unia em primeiro lugar era a experiência geracional enquanto feministas, a ideia do pertencimento a um grupo geracional político. Não éramos apenas feministas, não éramos apenas jovens engajadas politicamente, éramos jovens feministas na intersecção do termo. E aí se escondia o segredo: a intersecção entre os dois termos, ser jovem e ser feminista; uma identidade transitória aliada a uma identidade ‘estável’ (ADEVE, 2009, p. 40)”.

As autoras vão concluir, mais adiante: “Como identidade provisória elas entram na constituição do movimento feminista conferindo-lhe sua marca, imprimindo-lhe sua voz e transferindo-lhe seus saberes e práticas. Cremos que é justamente isso que as feministas mais jovens clamam”.

Depoimento também importante das autoras em sua pesquisa é o de como, ao lado da evidência de demandas de políticas públicas, estende-se o recurso a outras políticas, locais, reveladas em conversas com representantes dos grupos de feministas jovens sobre estratégias das próprias participantes dos grupos para “[...] lidar com problemas de representação e violência cotidianos, assim como estratégias de interação entre diferentes grupos feministas, em dinâmicas coletivas. Esses coletivos feitos por jovens e para jovens não chegam em alguns circuitos dominados pela presença de feministas ‘históricas’”.

Mas algumas de suas formas de ação e expressão se difundem mais amplamente, ficam conhecidas. Um exemplo está na Marcha das Vadias sobre a qual uma participante depõe – expondo nova metodologia – comparando reivindicações e afirmações feministas

“históricas” sobre o direito ao seu próprio corpo com a das jovens atuais: a Marcha teria outra forma de reivindicar esses direitos “usando o corpo como linguagem”.

Entretanto, algo importante a se assinalar, observado por Gonçalves, Freitas e Oliveira é o da descontinuidade das iniciativas presentes no período analisado, anos 2000: “Alguns blogs não foram mais atualizados e mesmo algumas organizações encontram-se desestruturadas, mudaram de uma estratégia física para uma virtual (MORAIS, 2013), se reinventaram e se transformaram em outra coisa ou simplesmente desapareceram”.

O que leva a pertinentes indagações. Entre estas: “Estaria esta descontinuidade associada ao caráter transitório característico da própria idade que demarca a identidade jovem no movimento ou estamos lidando com uma demanda recente de autonegação e construção de significados que não têm precedentes? São as jovens feministas atrizes ou agentes políticos num mundo de socializações heterogêneas que guiam para ações sociais também heterogêneas?”

## **TRANSIÇÃO E CURSO DA VIDA**

Elaine Müller inicia demonstrando a dificuldade de se pensar a noção de transição para a compreensão do curso da vida contemporânea, “em um contexto em que podemos perceber a recronologização do curso da vida, com o surgimento de novas fases (a aposentadoria ativa, a pré e a pós-adolescência, a quarta idade, etc.) e o embaçamento dos limites entre as diferentes idades”. Pesquisou duas diferentes gerações, uma de jovens “em transição para a adultez” e a outra de adultos pais e mães de filhos jovens-adultos, encontrando diferenças consideráveis na forma como elas percebiam a assunção à vida adulta, no que a condição de gênero se tornou importante para pensar o caráter relacional das idades.

Acentua que a problemática teórica de *transição à vida adulta* enquanto “problema social” é fenômeno mais ou menos recente, especialmente pela sua referência a algumas das mudanças sociais em curso. Começando com a instabilidade no mercado de trabalho e a dificuldade de atingir a independência financeira, especialmente com as novas necessidades de consumo postas para serem atendidas. Mudanças na família que, expressa Müller, “não é mais a mesma”. A geração de pais que foi entrevistada tinha o casamento como fator de

estabilidade e independência afetivo-sexual, enquanto a geração dos mais jovens valoriza, mais que o casamento, um tipo de relacionamento que só perdura enquanto houver o sentimento compartilhado pelo casal. Analisa Müller: “paralelas às dinâmicas do mercado de trabalho e da família, as relações entre os indivíduos se estabelecem de forma diferente, assim como os espaços destinados aos gêneros se reconfiguram. Em especial, o lugar da mulher na vida social se dinamizou em grande medida nestas últimas décadas. As gerações de jovens dos anos 60 e 70, por exemplo, ainda vivenciavam um contexto em que o lugar da mulher era, muito mais inequivocamente, o espaço doméstico”.

Müller acentua a importância da percepção de que certos rituais que eram tradicionalmente marcadores da passagem de uma idade a outra da vida foram desvalorizados. Elenca:

A formatura da faculdade não tem mais o mesmo sentido, na medida em que não engendra uma nova condição nos formandos. O casamento religioso ou civil não tem a mesma importância quando os casais experimentam formas diversas de relações pré-maritais como a co-habitação. O primeiro emprego não parece ser muito percebido como tendo mudado a forma como os jovens se percebem em sua condição de idade, até mesmo porque na maior parte das vezes se experimentam ou empregos precários ou uma série de posicionamentos do tipo ‘estágio’ paralelamente a formação. A centralidade dada, por muitos estudos, nos eventos constituintes da aquisição do *status* de adulto precisa, assim, ser redimensionada.

Expostas, comparativamente, as trajetórias das duas gerações na pesquisa, a mais nova em alternâncias, ditadas pelas suas vivências do momento, quanto ao sentir-se adulto, e a dos pais em sua trajetória mais linear e tranquila, prossegue:

A transição da juventude à adultez parece ganhar, assim, uma existência própria, quase se transforma ela mesma numa idade, na medida em que os sentidos dados à juventude e à idade adulta não são mais tão unívocos. Talvez o que todas estas mudanças podem estar indicando é que é cada vez mais difícil delimitar o início e o fim de cada idade da vida. Mais que etapas estanques, falamos da vida como uma transição, um *processo* (FEATHERSTONE, 1994) de autoconstrução, aprendizado, micro-mudanças (RAMOS, 2006) e acúmulo de experiências.

Conclui “As narrativas sobre trajetórias das duas gerações nos levam a pensar [...] a juventude e a adultez como algo além de idades da vida”. Em verdade, a idade, enquanto construção social é uma categoria muito mais complexa e multidimensional do que pode parecer à primeira vista, mas, também:

O risco de pensar a juventude a partir da ótica da transição reside em esvaziar os ricos sentidos das construções dos jovens, pois estes mesmos estariam sendo pensados como os adultos que ainda não são, ou as crianças que eles não são mais. Neste sentido, tomo não apenas a juventude como um período transitório, mas todo o curso da vida como um processo (FEATHERSTONE, 1994), em que podemos registrar diferentes idades como detentoras de valores, ideologias, normas de comportamento e responsabilidades diferentes, embora relacionados entre si, construídos mutuamente e em constante dinâmica.

## **MULHERES E MATURIDADE**

Mulheres na maturidade são personagens de referência escassa na produção sociológica e antropológica – principalmente no Brasil. Na sociedade longeva atual, são comumente as filhas dos muito idosos, não raro centenários; uma geração intermediária, ou pivô, frequente apoio simultâneo aos velhos pais e também aos filhos e netos.

Ter atingido, em número cada vez maior, a idade madura, é parte desse processo de longevidade atual, sim, mas viver a posição de intermediação ou de pivô é também produto direto de outras importantes condições, econômicas e sociais, como o desemprego “estrutural” ou a precariedade do emprego e os novos arranjos familiares, principalmente consequentes aos descasamentos. Fatores que têm levado as gerações mais jovens à necessidade de recorrer aos seus mais velhos para abrigo e contribuições financeiras, o que se torna viável pelo fato de serem estes de uma geração que ainda viveu a oportunidade social de adquirir casa própria e contar com proventos de aposentadoria e pensões que, ainda quando escassos, nunca deixam de ser partilhados. (BRITTO DA MOTTA, 2012).

Myriam Lins de Barros, partindo de pesquisa com três gerações de mulheres de camadas médias, distingue aquelas hoje na maturidade – basicamente entre 48 e 60 anos, define – como representantes de um marco geracional importante. São mulheres que, na passagem para a vida adulta, lembra, assistiram ou participaram de um conjunto de transformações em campos fundamentais da vida social: “sexualidade, família, as relações

entre homens e mulheres e entre gerações na vida familiar, no trabalho e em distintas esferas de sociabilidade, como as definidas por laços de amizade”. Também “mudanças de ordem societária, com a reestruturação do perfil do trabalhador, com a entrada crescente das mulheres no mercado de trabalho, a profissionalização de mulheres de segmentos médios urbanos, o controle da natalidade [...] aumento do divórcio, levando à reconfiguração da família e da conjugalidade”.

Com esse mundo novo de diferenças experienciadas, só poderão se distinguir, significativamente, das demais gerações, mesmo daquelas contíguas. Lins de Barros penetra fundo nisto, em entrevistas e histórias de vida. O estudo simultâneo de três gerações tornou mais nítido o perfil de cada mulher em sua “idade”, mas, sobretudo, o da própria mulher madura cuja observação e discurso demonstram uma centralidade muito mais que estatística na família. É a que lutou por autonomia, como contemporânea de grandes mudanças sociais – e reconhece isto – em contraposição à geração mais velha, que não teve “armas”, mesmo ideológicas, para esta luta; e se situa muito diferentemente das suas filhas, que vivem o tempo simultaneamente limitado e multifacetado da reestruturação produtiva e da ética individualista, também mercadológica, que impele a buscas incessantes que resultam em intermitência na vida profissional, para o que contam com o apoio dela como mãe ou do pai.

Esta é a mulher que foi à universidade, participou do mercado de trabalho, exerceu, pela primeira vez na História, a opção de descasar e ter uma sexualidade mais livre.

Lutas pessoais vencidas, liberdade alcançada, essa mulher madura tem, entretanto, que relativizar suas conquistas quando, a todo momento, vive dilemas trazidos pela sua centralidade geracional, dividida entre os seus projetos pessoais de vida, profissionais e afetivo/sexuais e a dedicação à família. Como bem expressa Lins de Barros, quando veem confrontados “os projetos individuais e as regras de reciprocidade familiar, com suas obrigações de cuidados...”, obrigações que se superpõem, em relação aos mais velhos e aos filhos e netos. Mas são os dilemas, reconhecem, próprios da sua geração. Ao mesmo tempo, conclui Lins de Barros, têm “a clareza de que foram e são responsáveis pelos caminhos que trilharam e pelos projetos que conseguiram realizar...”

Maturidade, mais que uma idade, não é também isto?

## VELHICE

Sobre a velhice, a literatura produzida é, desde os últimos decênios do século passado, bastante ampla. Já sobre a mulher velha, como categoria de análise, a produção rareia.

No geral, a produção sobre velhice é de mérito bastante desigual. Sem esquecer o vanguardismo severo de Simone de Beauvoir (1970; 1990), paralelamente a trabalhos antropológicos e sociológicos de excelente padrão, vicejam outros, resultados de observação superficial comprometida por suposições e preconceitos, pouco atentos a uma percepção da realidade que só a pesquisa sistemática enseja. Embora dispondo de um campo disciplinar específico, a Gerontologia, esta se constituiu como uma filha reverente da Geriatria e se dedica quase apenas a questões – teóricas e práticas – no campo da saúde, pouco atenta a modos de vida, diferenciais sociais e, especialmente, às relações de gênero, que são tão definidoras dos caminhos sociais. Pouca atenção que só tende a piorar, diante dos recentes exageros do “politicamente correto”, que vem se manifestando contínua e pesadamente e, não raro, até exigindo para as publicações, expressões aparentemente neutras, como o termo unissex “pessoa idosa” (“velha” é “agressivo”!) ou o unigeracional e eufemístico “adulter tardia”.

Além disso, muito da produção atual homogeneiza um sujeito social que é, em princípio, heterogêneo, multifacetado, plural. Nela não se encontram categorizações segundo o grau de idade, o gênero ou a classe social, principalmente se em análise articulada, nos personagens e casos apresentados. No entanto, a velhice é um fenômeno biossocial que não existe singularmente – claramente existem *velhices*, em formas que, mais além da localização etária “exata” no ciclo da vida, variam segundo as referidas características biológicas socialmente condicionadas, como o sexo/gênero, a raça/etnia e própria posição social, como grupo de idade e geração, mas, também, e não por último, a condição de classe (BRITTO DA MOTTA, 1999).

Essas identificações biossociais são, evidentemente, comuns a todas as categorias sociais, entretanto, a sua abordagem varia de acordo com representações sociais que se referenciam a caminhos habituais da reflexão, que é seletiva. Não se fala habitualmente em *velho*, por exemplo, a não ser por gozação ou crítica; por outro lado, quando se fala em

*mulher*, imediatamente aflora ao pensamento a imagem das mais jovens ou de idades medianas.

São as que figuram exercer os papéis mais dinâmicos, ou mais esperados socialmente – sejam os profissionais contemporâneos, em novos postos no mercado de trabalho, sejam os domésticos/familiares de sempre, que compõem a ainda idealizada família nuclear. Para elas são pensadas as políticas sociais mais básicas: os acessos às práticas educacionais, as idades/limite de ingresso no mundo de trabalho; a atenção à saúde, com as campanhas governamentais sempre voltadas para as faixas de idade reprodutiva; a atenção ao cada vez mais visibilizado problema da violência contra a mulher, igualmente voltado para as mais jovens, além de analisado como apenas questão das relações de gênero, na ordem patriarcal.

*Mas as velhas também existem [...]!* (BRITTO DA MOTTA, 2011, p. 14).

Esta a espécie de desabafo tida em mais um momento de constatação da repetida omissão social, em evento público, em relação às mulheres velhas. Nesse mesmo artigo, prosseguia em palavras afirmativas de uma longa experiência de pesquisa com mulheres idosas de diferentes classes sociais em contexto urbano, principalmente em grupos de convivência, como mais saudáveis, dinâmicas, livres, sexuadas e alegres do que as da sua mesma geração em épocas anteriores. O que corresponde também às análises, sempre frutos de rigorosas pesquisas, de Guita Debert, Clarice Peixoto e Myriam Lins de Barros, por exemplo.

Por isso, sou tomada de alguma surpresa ante os resultados da ampla pesquisa em andamento aqui relatada por Isolda Belo. Nela, a condição de classe, com a demonstração do efeito, inclusive, da privação cultural, ganha enorme evidência. Trata-se da ênfase em uma população mais pobre, da periferia urbana e da zona rural de Pernambuco. Observa-se que desproteção e exclusão se alimentam mutuamente. Demonstram muito de uma realidade que se verifica ainda dúplice, a da velhice feminina atual no Brasil.

O texto de Isolda Belo apresenta duas vertentes fortes: de um lado, a crítica pertinente ao conceito burocrático e, ao mesmo tempo, pressionante de *envelhecimento ativo*, “uma apologia à juventude na velhice”, a ser vivida agora “obrigatoriamente, como saudável, produtiva, ‘melhor idade’, responsabilizando-se individualmente aqueles que não se encaixam nesse novo modelo”.

Do outro lado, apresenta resultados de uma pesquisa que, ao priorizar ouvir/observar as mulheres residentes nas áreas mais pobres das regiões definidas, também rurais, encontra condições pessoais e sociais que são desanimadoras.

Nesse entremeio, Belo faz a pergunta cabível: “[...] será que o conceito de *envelhecimento ativo* trazendo o modelo de ‘melhor idade’ a ele acoplado, amplamente divulgado pela mídia (e por boa parte dos profissionais *bem-intencionados*), não estaria acirrando ainda mais as dificuldades sentidas pelas mulheres na velhice?”.

As dificuldades básicas vividas por elas são (re)lembradas. A primeira delas, histórica: o ter exercido,

[...] ao longo da vida, o trabalho doméstico não remunerado, estando subordinada economicamente aos homens. Como consequência, essas mulheres recebem, hoje, pensões exíguas de viuvez ou assistenciais. Em caso de terem desempenhado funções remuneradas, tinham o salário inferior ao deles e recebem, hoje, aposentadorias abaixo dos valores a eles pagos.

No caso dessa pesquisa em Pernambuco, o panorama da vida das mulheres idosas demonstra as maiores vulnerabilidades nos âmbitos da renda e da educação. Desconhecem ou têm pouca informação sobre as possibilidades de recurso a programas governamentais, mas, de qualquer sorte, têm algum acesso ao sistema público de saúde, ainda que precário.

O valor das suas aposentadorias é extremamente reduzido: 57% delas recebem até um salário mínimo e 37,5% recebem entre um e dois salários. A ampla maioria delas é provedora de seus domicílios e 70% dedicam tudo o que recebem às despesas domésticas. Entretanto, embora em grande parte morem com filhos(as) solteiros/as ou separados(as), eles(as) não contribuem regularmente para as despesas. E, importante saber-se: “o Programa Bolsa Família atende a essas pessoas, mas elas não repassam sua contribuição para as despesas da casa, sustentada pela pensão/aposentadoria das mulheres idosas”.

O acesso à educação das mulheres hoje idosas, no Brasil, sabe-se, sempre foi escasso, especialmente no Nordeste. Belo recorre à informação do IBGE (2010): “Dos três milhões de mulheres acima dos 60 anos, quase dois milhões e meio não estudaram ou apenas têm o fundamental incompleto”.

Aspectos subjetivos, revelados nas entrevistas, também se demonstram igualmente desfavoráveis: solidão, atividades basicamente de família ou religiosas, com raras

participações na esfera política, concepções da mulher como o esteio obrigatório da família, e até que “sofrer muito faz parte do destino da mulher”. Também escassa percepção de que maus tratos ou exploração financeira dos filhos constituam formas de violência, do mesmo modo como a brutalidade dos maridos teria sido comportamento comum aos homens...

Por fim, sempre contrapondo devidamente as carências sociais e emocionais dessas mulheres à atual doutrinação social, a um comportamento adequado à “melhor idade”, Belo questiona: “Pergunta-se, então, diante da imposição do ‘envelhecimento ativo’, a velhice com dependência, frágil, pobre, se converterá na grande proibição do século XXI?”

## REFERÊNCIAS

ARIÉS, Philippe. As idades da vida. In: \_\_\_\_\_. *História social da criança e da família*. Rio de Janeiro: Zahar, 1978.

ARIÉS, Philippe. O traje das crianças. In: \_\_\_\_\_. *História social da criança e da família*. Rio de Janeiro: Zahar, 1978. Cap. 3, p. 69-81.

BEAUVOIR, Simone. *A velhice*. Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 1990. (Edição original: 1970).

BOURDIEU, Pierre. A juventude “é apenas uma palavra”. In: *Questões de Sociologia*, Rio de Janeiro: Marco Zero, 1983.

BRITTO DA MOTTA, Alda. A juvenilização atual das idades. *Caderno Espaço Feminino*, Uberlândia-MG, v. 25, n. 2, p. 11-24, jul./dez. 2012.

BRITTO DA MOTTA, Alda. *A Geração Pivô, intermediária na família*. In: XV ENCONTRO DE CIÊNCIAS SOCIAIS DO NORTE E NORDESTE. Pré-Alas Brasil. UFPI, Teresina, Piauí, *Anais...*, Teresina, 2012.

BRITTO DA MOTTA, Alda. As velhas também. *Revista ex aequo*, Oeiras, n. 23, p. 13-21, 2011.

BRITTO DA MOTTA, Alda. Gênero e geração: de articulação fundante a “mistura indigesta”. In FERREIRA, Sílvia Lucia; NASCIMENTO, Enilda Rosendo (Org.). *Imagens da Mulher na cultura contemporânea*. Salvador: NEIM/FFCH/UFBA, 2002. p. 35-49.

BRITTO DA MOTTA, Alda. As dimensões de gênero e classe social na velhice de envelhecimento. *Cadernos Pagu*, Unicamp, Campinas, n. 13, p. 191-221, 1999.

BRITTO DA MOTTA, Alda. *Visão de Mundo da empregada doméstica*. Dissertação

(Mestrado em Ciências Humanas) – Universidade Federal da Bahia, Salvador, 1977.

CASTRO, Elisa Guaraná. Juventude. In: ALMEIDA, Heloísa Buarque; IZMALSO, José (Org.). *Diferenças, igualdade*. São Paulo: Berlendis Vertecchie, 2009. p. 196-226.

COLASANTI, Marina. *Rota de colisão*. Rio de Janeiro: Rocco, 1994.

DAYRELL, Juarez. O jovem como sujeito social. *Revista Brasileira de Educação*, n. 24, p. 40-52, 2003.

LECCARDI, Carmen. Por um novo significado do futuro: mudança social, jovens e tempo. *Tempo Social*, Revista de sociologia da USP, v. 17, n. 2, p. 35-57, 2005.

LENOIR, Remi. Objeto sociológico e problema social. In: CHAMPAGNE, Patrick; LENOIR, Remi; MERLLIÉ, Dominique. *Iniciação à prática sociológica*. Petrópolis, RJ: Vozes, 1998.

LINS DE BARROS, Myriam. Gênero, cidade e geração: perspectivas femininas. In: \_\_\_\_\_. *Família e gerações*. Rio de Janeiro: FGV, 2006. p. 17-37.

MACHADO NETO, Zahidé. As meninas: sobre o trabalho da criança e da adolescente em família proletária. In: AGUIAR, Neuma (Coord.). *Mulheres na força de trabalho na América Latina: análises qualitativas*. Petrópolis, RJ: Vozes, 1984. p. 220-246.

MANNHEIM, Karl. O problema da juventude na sociedade moderna. In: \_\_\_\_\_. *Diagnóstico de nosso tempo*. Rio de Janeiro: Zahar, 1961.

MANNHEIM, Karl. O problema das gerações. In: \_\_\_\_\_. *Sociologia do Conhecimento*. Porto: Res, [ ], p. 115-176. Edição original 1928.

MARGULIS, Mario. La juventud es más que una palabra. In: \_\_\_\_\_.; URRESTI, Marcelo. *La juventud es más que una palabra*. Buenos Aires: Biblos, 1996. p. 1-13.

SULLEROT, Evelyne. *Histoire et Sociologie du travail féminin*. Paris: Gonthier, 1968.

WELLER Wivian. A presença feminina nas (sub)culturas juvenis: a arte de se tornar visível. *Revista de Estudos Feministas*, Florianópolis, v. 13, n. 1, p. 107-126, jan./abr. 2005.